

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA É ACINTOSA E PREJUDICIAL À PROFISSÃO FARMACÊUTICA

Publicada em 03 de maio de 2007, está em pleno vigor a Resolução nº 462 do Conselho Federal de Farmácia (CFF) que institui pagamento de verba de representação aos diretores do CFF e dos Conselhos Regionais de Farmácia (CRF'S).

Importante destacar de início, que os conselheiros federais dos estados de Minas Gerais (Ângela Vieira), Rio de Janeiro (Jorge Cavalcante), Rio Grande do Sul (Célia Chaves), Santa Catarina (Paulo Boff) e São Paulo (Ely Eduardo Camargo), foram contrários à aprovação desta Resolução, porém a mesma foi aprovada maciçamente pelos demais estados, incluindo a diretoria do CFF, autora da Resolução. Confirmam os artigos que mais chamam a atenção:

Art. 5º - É garantida ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia a percepção de verba de representação mensal no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), aplicando-se isonomicamente esse benefício aos demais ocupantes de cargo de direção eletivo, quais sejam o Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro, à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor pago ao Presidente, observado o artigo 3º, desta Resolução.

Art. 6º - É garantido aos Conselhos Regionais de Farmácia deliberar sobre a verba de representação de seus dirigentes, sujeitando-se a fixação aos valores previstos no orçamento da autarquia regional, sendo defesa quaisquer despesas acima do limite previsto nesta Resolução devendo, para eficácia da regulamentação regional, quando da promulgação da deliberação, constar de procedimento administrativo com a homologação da despesa pelo Conselho Federal de Farmácia, através de Resolução Administrativa específica, sob pena de glosa e não aprovação da verba respectiva.

Art. 7º - É garantido àquele investido nas funções públicas gratuitas da Lei Federal nº 3.820/60, quando do comparecimento a Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária, a percepção de jeton no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por sessão administrativa.

Art. 12. Serão pagas diárias no âmbito da jurisdição do Conselho Federal de Farmácia, para pernoite, locomoção e refeição, no valor de R\$ 522,50 (quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Justificativa Apresentada

A Diretoria do CFF apresenta como justificativas considerações meramente formais, tendo como base a prerrogativa legal para definir valores de jetons, diárias e auxílio de representação para os diretores do CRF e dos CRF'S. Alega ainda, acordo administrativo do Tribunal de Contas da União nº 520/2007 que determina ao CFF normatização desta matéria.

Porque a Resolução 462 é acintosa e prejudicial

1- LEI 3820/60 (Cria o CFF, CRF'S e dá outras providências).

Art. 5º o mandato dos membros do Conselho Federal é privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, será gratuito, meramente honorífico e terá duração de 4 anos.

Com argumento bastante dissimulado, a Resolução considera pagamento de verba de representação mensal como auxílio e, portanto, não configurando salário ou subsídio, sem vínculo empregatício.

Está claro que trata-se de um "entendimento" da Lei por parte da diretoria do CFF totalmente descabido, com viés claro de interesse próprio e que só convence aos beneficiados na questão. Como a Lei nº 3820/60 não foi revogada e, portanto, continua em pleno vigor, não pode uma simples Resolução do CFF confrontá-la. Isso vale para qualquer matéria.

2- Ao propor verba de representação com valores de R\$10.000,00 para presidentes e R\$5.000,00 para diretores do CFF e CRF'S, o CFF demonstra total desconhecimento ou descaso frente à realidade do mercado de trabalho do farmacêutico em todo o País.

Será que a diretoria do CFF e a grande maioria dos conselheiros federais acham que os farmacêuticos brasileiros estão sendo muito bem remunerados em seus empregos ou são donos de empresas farmacêuticas altamente rentáveis? Parece que sim.

É preciso informar a estes colegas farmacêuticos a nossa dura e desafiante tarefa profissional. A realidade é que:

-cerca de 82% dos farmacêuticos são empregados. Destes, cerca de 68% tem apenas um emprego; (Fonte: Perfil do Farmacêutico, Impacto Pesquisa e Consultoria, 2005)

-a renda média salarial do farmacêuticos está em torno de R\$2.000,00 reais na região sudeste; (Fonte: Perfil do Farmacêutico, Impacto Pesquisa e Consultoria, 2005)

-hoje, o mercado farmacêuticos já apresenta taxa de desemprego, inclusive em elevação nas regiões metropolitanas; (Fonte: Perfil do Farmacêutico, Impacto Pesquisa e Consultoria, 2005)

-a abertura desenfreada e sem critérios de cursos de farmácia vem impactando negativamente no mercado, reduzindo a média salarial e gerando desemprego em algumas cidades do País;

Situação dos CRF'S

A maioria dos CRF'S, sobretudo aqueles de Estados onde existe número pequeno de farmacêuticos e empresas lutam com orçamento apertado para pagarem as despesas ano a ano.

Com a Resolução nº462/07, irá faltar dinheiro ou deixará de ser investido na estruturação dos CRF'S por conta das despesas com verba de representação das di-

retorias dos regionais. Com esta proposta, os CRF'S, deixarão de investir em ampliação das sedes, contratação de funcionários, compra de equipamentos e veículos, cursos de capacitação à funcionários, enfim o que já era pouco, ficará agora em falta.

Caso esta resolução seja acatada por todos os CRF'S poderá gerar aos cofres Federais uma despesa de mais de 600 mil reais mensais, com o pagamento de verba de representação para diretores do CFF e CRF'S. Isso sem mencionar valores referentes a jetons e diárias previstos na resolução em questão. O CRFMG de forma responsável, não fixou verba de representação para sua diretoria. Importante lembrar que desde sua criação, a diretoria do CRFMG tem se pautado pela defesa dos interesses coletivos. Historicamente, os seus diretores - tomemos como exemplo o Professor Aloísio Pimenta - sempre lutaram por assuntos relevantes a profissão, nunca por interesses pessoais.

Conflito de Interesses

Está claro que o Conselho de Farmácia tem como função precípua a normatização e fiscalização do exercício profissional.

Portanto, diferentemente do poder legislativo, onde os parlamentares eleitos pelos cidadãos têm prerrogativa de fiscalizar o poder executivo, mas, sobretudo, de propor e aprovar leis que proporcionem avanços para a sociedade, a diretoria eleita dos CRF'S por sua vez, tem como obrigação cumprir e fazer cumprir às determinações legais e éticas cabíveis aos farmacêuticos inscritos em suas jurisdições.

Deste modo, a previsão de pagamento de verba de representações aos diretores do CRF'S e CFF suscita o interesse ao cargo motivado pelos altos valores financeiros propostos. Assim teríamos um grande conflito de interesse, já que é difícil conceber uma campanha para eleição de diretores muito bem remunerada que não esbarrasse em promessas aos seus eleitores que poderiam impedir o cumprimento das ações atribuídas do CRF'S, que são normatizar e fiscalizar o exercício profissional.

O diretor do Conselho de Farmácia é eleito para fazer cumprir a Legislação e Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Uma proposta de remuneração muito acima do mercado, certamente irá gerar interesses absolutamente não condizentes com a função.

Esta Resolução poderá desencadear um processo do "toma lá da cá" nos conselhos de farmácia, que irá comprometer ainda mais o exercício da nossa profissão.

Apelamos aos colegas farmacêuticos que se manifestem a respeito desta questão enviando e-mails à diretoria do CFF (diretoria@cff.org.br) e convidamos também o colega a participar da enquete sobre esta resolução no site do Sinfarmig, e aderir ao abaixo assinado contra essa resolução, que estará disponível na sede do Sindicato e em nosso estande durante o IX Congresso de Farmácia e Bioquímica de Minas Gerais, no Minascentro. Solicitamos também, aos conselhos e conselheiros de farmácia que revejam esta resolução para o bem destas entidades e da profissão farmacêutica.

E N T R E V I S T A

O papel da comunicação alternativa

Entrevista: Vito Gianotti

Nascido na Itália e naturalizado brasileiro, Vito trocou a Faculdade de Filosofia pelo ofício de trabalhador braçal – foi marítimo e nos anos 60 fixou-se no Brasil, trabalhando como metalúrgico, em São Paulo. Vito é apaixonado por comunicação popular, numa sociedade em que a grande mídia, com raras exceções, volta-se inteiramente para a defesa do mercado e do capital, ele entende que o trabalhador precisa criar a sua própria comunicação para disputar hegemonia.

Nos anos 60 e 70, lutou contra a ditadura militar e, como tantos que militaram naquela época, foi preso várias vezes – pelo Exército, pelo Dops e pela Polícia Federal. Nas lutas diárias descobriu a importância de uma comunicação alternativa, voltada para os interesses dos trabalhadores. Durante um curso sobre A História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil – título de sua última publicação (Mauad) – ministrado por ele na Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte, Vito gentilmente concedeu esta entrevista ao Príncipe Ativo, na qual podemos compreender sua visão sobre a política nacional e o dilema que a classe trabalhadora no Brasil enfrenta.

Sinfarmig: Como você enxerga os movimentos sindicais no Brasil e os dirigentes desses movimentos? Acredita que estão bem preparados para enfrentar as lutas que surgem a cada dia?

Vito: O primeiro grande problema é que movimento sindical hoje no Brasil vive uma crise que em certo sentido é igual a crise do sindicalismo no resto do mundo, própria do modelo político que se implantou no mundo a partir de 1980, o neoliberalismo. Esse sistema que aos poucos dominou o mundo colocou os trabalhadores na defensiva. Não está preocupado com emprego, ao contrário. Dentro do projeto neoliberal o desemprego é um bem, pois com muitos desempregados se consegue esfriar o animo de luta dos trabalhadores, que se sentem em uma situação desfavorável. É uma grande arma de chantagem contra os trabalhadores.

Sinfarmig: Então a política neoliberal seria a grande responsável pela situação de crise nas relações de trabalho pela qual passam os brasileiros?

Vito: O projeto neoliberal estabeleceu uma nova forma de relacionamento com o sindicato. Há 20 anos o capitalismo era forçado a negociar com os sindicatos, a ceder, mantendo o estado de bem estar social, que tornava a vida mais humana e mantinha benefícios aos trabalhadores, como aumento garantido, estabilidade. Isso mudou a partir de 1975, quando o capitalismo entrou em crise e jogava o fardo nas costas dos trabalhadores.

Foram introduzidas duas novidades: a reestruturação produtiva (na qual o objetivo é cortar custos e aumentar o lucro, através de demissões e sobrecarga de trabalho) e a filosofia neoliberal. Essas mudanças levaram a ideologia de que cada um deve se garantir, não existe mais uma luta unificada para garantir direitos universais a todos. É preciso conquistar sua empregabilidade. Os direitos não são mais garantidos com as lutas, mas sim com o excesso de trabalho para provar individualmente que se é o melhor.

“Não existe mais uma luta unificada, para garantir direitos universais a todos. Os direitos não são mais garantidos com as lutas, mas sim com o excesso de trabalho.”

Sinfarmig: Qual a importância da formação sindical na vida dos trabalhadores?

Vito: Central. Todos os trabalhadores precisam entender essas questões que expliquei acima, senão não vão entender a maneira de agir dos empregadores, porque estão propondo isso ou aquilo, qual o próximo passo que vão dar. Assim poderão compreender qual são suas opções. Isso só se consegue lendo, estudando, lendo jornais que tratam do assunto, não os grandes nacionais, mas as publicações de esquerda, como jornal Brasil de Fato, revista Fórum, publicações de centro-esquerda como a Carta Capital, que é extremamente inteligente. Os sindicatos precisam oferecer cursos, pois o maior investimento é a formação política dos trabalhadores. As publicações sindicais precisam se proliferar.

Sinfarmig: Falta alguma coisa para que as entida-

des sindicais brasileira consigam unir mais os trabalhadores e trazê-los para essa realidade?

Vito: No Brasil há dificuldade adicional. Estamos numa situação diferente dos outros países do mundo. Somos um país capitalista neoliberal com um governo que foi eleito a partir das lutas e com seus principais elementos nascidos das lutas sindicais. Nosso governo, desde o presidente, nasceu das lutas populares. E agora como vamos nos relacionar com esse governo? Por isso não vamos lutar? É um dilema muito grande. Como fazer uma greve contra o nosso governo? São questões que ainda parecem confusas na mente dos trabalhadores que ainda não conseguem ver uma forma ideal de se relacionar com esse governo.

“Somos um país capitalista neoliberal com um governo que foi eleito a partir das lutas e com seus principais elementos nascidos das lutas sindicais. E agora como vamos nos relacionar com esse governo? Por isso não vamos lutar?”

Sinfarmig: Acredita que por falta de formação sindical os trabalhadores enxergam os movimentos sindicais no país de forma negativa?

Vito: Não é um problema dos trabalhadores, pois são vítimas da ideologia da classe dominante, da burguesia neoliberal. O Grande instrumento para passar essa ideologia é a mídia, que difunde essas idéias. Temos que nos livrar da ideologia dominante e fazer os trabalhadores a perceberem sua situação e se dispor a lutar, fazer uma grande luta ideológica e política. Essa luta deve ser feita através da informação e da formação. Uma cartilha sindical, um informativo deve ser um instrumento que tenha essas funções, se não for assim, não precisa existir.



Vito Gianotti, durante curso na Escola Sindical.